

Arneval mostra emendas a Figueiredo

A necessidade de um melhor exame de alguns pontos das reformas, como os relativos às medidas de emergência e à formação de novos partidos, foram colocações feitas, ontem, pelo senador José Sarney (Arena-MA) ao general João Baptista Figueiredo, candidato à sucessão presidencial pela Arena. Sarney deu a entender, ao sair da audiência, que o Governo deverá negociar com a oposição estes dois tópicos, tidos como fundamentais entre os 150 itens das reformas, mas reafirmou — como o próprio general vem acentuando — que a filosofia do projeto é intocável.

O senador disse a Figueiredo e depois aos jornalistas que seu partido espera sugestões do MDB que possam aperfeiçoar o projeto, o que não tem acontecido, porque a oposição quer manter sua posição com vistas às eleições de 15 de novembro. Isso não impede a Arena e o Governo de aceitarem uma maior colaboração da oposição desde que as salvaguardas não sejam tocadas.

O general reafirmou a Sarney que julga este projeto o primeiro passo para a melhoria e a implantação no país de instituições democráticas definitivas. «Ele considera - lembrou Sarney - que este é o instrumento constitucional colocado a sua disposição para o projeto político do seu Governo comprometido com a democracia». O senador não quis adiantar — ou não soube — se no aprimoramento deste projeto dentro de um possível governo Figueiredo a Lei Falcão seria definitivamente enterrada. Mas, a julgar pelas promessas do general arenista nas suas peregrinações e conversas informais, isto deve ocorrer.

Certa vez, Figueiredo, nas suas definições de democracia e Estado liberal, afirmou que era de sua intenção trazer ao Brasil a mesma liberalidade política que o país viveu no governo Juscelino Kubitschek. São afirmações como esta que têm levado algumas pessoas próximas a ele a considerar que entre 15 ou 30 dias antes das eleições de novembro o Governo venha apresentar um projeto de anistia gradual como última cartada eleitoral. Entre os anistiados estaria o nome do ex-presidente.

Mas, por enquanto, como disse o senador, a fase é de apenas avaliação das subemendas apresentadas sob o aspecto regimental e político. A fase posterior a nível de decisão deverá ser coordenada pelo Presidente Geisel, que, certamente, ouvirá o Conselho de Segurança Nacional.

Pelas palavras do senador maranhense, este projeto não representa apenas uma vontade pessoal do presidente, mas significa uma decisão de retornar ao estado de direito dentro da idéia de que no mundo atual ele não pode existir sem um instrumento de defesa, no caso, as salvaguardas. Da parte de Figueiredo adiantou ainda: «Ele acha que no projeto devemos fazer o máximo para que alcance a finalidade, que é a plena implantação do estado de direito».